

PRESS RELEASE

Lucca, T.A.F.; Osti, A. Contribuições e limitações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: um estudo com professores alfabetizadores. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.24, n.2, p.175-193, 2019. ISSN 2318-0870. <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/4387>

Formação de alfabetizadores e direitos de aprendizagem

Literacy teachers formation and learning rights

Tatiana Andrade Fernandes de Lucca

Andréia Osti

O acesso e o domínio da leitura e da escrita constituem-se, além de uma aprendizagem essencial que ocorre na Educação Básica, um direito de todos os alunos e também um meio de inserção em uma sociedade cada vez mais letrada, na qual a leitura e a escrita desempenham diversas e diferentes funções sociais. Desse modo, a importância de aprender a ler e a escrever se dá para além dos muros da escola. A aprendizagem da leitura e escrita, em geral, começa na escola, tendo início na Educação Infantil e se consolidando no Ensino Fundamental. Ler e escrever com autonomia permite a toda e qualquer pessoa se tornar livre e plena de seus direitos. Apesar da importância crucial desta aprendizagem, muitas pessoas ainda não conseguem se apropriar deste conhecimento. E onde ocorre a aprendizagem da alfabetização? Em casa? Na escola? Na vida? Pode-se começar um trabalho em casa, desde que a família consiga proporcionar à criança leituras diárias e momentos de escrita e brincadeiras envolvendo a construção de textos, mas ainda assim será preciso muito esforço e acompanhamento pois alfabetizar-se é um processo que envolve várias dimensões. Considerando que a escola é o espaço no qual ocorre a aprendizagem da leitura e da escrita de modo intencional, organizado e sistematizado, como ocorre a formação dos professores responsáveis por este ensino, os alfabetizadores?

O professor é profissional fundamental para o processo de alfabetização, sendo formado e habilitado para tal atividade. Sua formação e competência devem garantir à criança os seus direitos de aprendizagem. Muitos professores de todo o Brasil participaram do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que integrou 5.420 municípios em 26 estados e no Distrito Federal. O programa surgiu com a intenção de contribuir para a formação desses profissionais e também melhorá-la. Para um grupo de professores que participaram desta formação houve contribuições na organização de seu trabalho em sala de aula, tomando o documento dos direitos de aprendizagem como um norteador de suas ações e práticas na alfabetização, fundamentando o planejamento das aulas e na elaboração das estratégias para a aprendizagem de todos os alunos. Desta forma, entende-se que estes processos formativos são importantes e precisam ser direcionados aos professores, mas que também destacamos a relevância de que sejam construídos por eles, com o intuito de que suas práticas sejam ouvidas e

discutidas e suas necessidades consideradas.

A pesquisa a que este texto se refere contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Andréia Osti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Departamento de Educação. Av. 24 A, 1515, *Campus* Rio Claro, 13506-900, Bela Vista, Rio Claro, SP, Brasil. Correspondência para/*Correspondece to*: A. OSTI. *E-mail*: <andreaia.osti@unesp.br>.